



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº. 56/2026.

ASSUNTO: Institui a Política Municipal de Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral no Município de Botucatu e dá outras providências.

AUTOR: Prefeito

O referido Projeto de Lei institui a Política Municipal de Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral no Município de Botucatu e dá outras providências.

A propositura visa estabelecer diretrizes, medidas de vigilância, prevenção, controle sanitário e manejo ambiental voltadas ao enfrentamento da Leishmaniose Visceral, zoonose de relevante impacto na saúde pública, disciplinando competências da Vigilância Ambiental em Saúde, responsabilidades dos tutores de animais, procedimentos de fiscalização, aplicação de penalidades e ações preventivas em áreas vulneráveis.

No aspecto da constitucionalidade e legalidade, verifica-se que a matéria encontra amparo na competência legislativa suplementar do Município para tratar de assuntos de interesse local e de proteção à saúde pública, nos termos dos artigos 23, inciso II, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como nas disposições relativas às ações e serviços públicos de saúde executados no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A iniciativa do Poder Executivo também se mostra adequada, uma vez que a proposta trata da organização administrativa, do exercício do poder de polícia sanitária e da implementação de políticas públicas municipais relacionadas à saúde e vigilância sanitária.

A Comissão observa ainda que o projeto estabelece critérios objetivos para atuação do Poder Público, regulamenta deveres e infrações sanitárias, assegura o contraditório e a ampla defesa na aplicação das penalidades e prevê futura regulamentação por decreto para os casos omissos, conferindo segurança jurídica à norma.

Sob o aspecto da redação e técnico-legislativo, o projeto apresenta-se em conformidade com as normas vigentes, não havendo óbices à sua tramitação.

Diante do exposto, esta Comissão ratifica os aspectos legais já apontados pelo Procurador Legislativo, opinando pela constitucionalidade do presente projeto e reserva o direito de se manifestar quanto ao mérito da questão, quando esta propositura constar da pauta da Ordem do Dia.

Plenário “Vereador Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 2 de junho de 2026.

Vereador **NUNO GARCIA**
Presidente

Vereador **THIAGO PADOVAN**
Relator

Vereador **ZÉ FERNANDES**
Membro ‘ad hoc’



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=APFK-05EB-0JZ7-973A> , ou vá até o site <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: APFK-05EB-0JZ7-973A

Câmara Municipal de Botucatu, 2 de junho de 2026

Botucatu, 3 de junho de 2026